

RELATÓRIO  
*de Atividades*  
2017  
2º trimestre



## **C O M P O S I Ç Ã O**

**Conselheiro MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO**

Presidente

**Conselheiro IRADIR PIETROSKI**

1º Vice-Presidente

**Conselheiro PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO**

2º Vice-Presidente

**Conselheiro ALGIR LORENZON**

Presidente da 1ª Câmara

**Conselheiro ALEXANDRE POSTAL**

Presidente da 2ª Câmara

**Conselheiro ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER**

Corregedor-Geral

**Conselheiro CEZAR MIOLA**

Ouvidor

**GERALDO COSTA DA CAMINO**

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

**DANIELA WENDT TONIAZZO**

**ÂNGELO GRABIN BORGHETTI**

**FERNANDA ISMAEL**

Adjuntos de Procurador

**HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI**

**CESAR VITERBO MATOS SANTOLIM**

**ALEXANDRE MARIOTTI**

**RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO**

**DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA**

**ANA CRISTINA MORAES WARPECHOWSKI**

**LETÍCIA AYRES RAMOS**

Conselheiros Substitutos

**CARLOS ALBERTO MACHADO WULFF**

Chefe de Gabinete da Presidência

**LUIZ ALBERTO ISQUIERDO RESCHKE**

Diretor-Geral

**JORGE ALBERTO DOS SANTOS ARRUDA**

**CRISTINA ASSMANN**

Diretores de Controle e Fiscalização

**ANA LÚCIA PEREIRA**

Diretora Administrativa



## S U M Á R I O

### **1 - Considerações Iniciais**

### **2 - Presidência**

**2.1** - Audiências concedidas pelo Presidente

**2.2** - Reuniões Administrativas, Técnicas e Eventos

**2.3** - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

### **3 - Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras**

**3.1** - Processos relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

### **4 - Conselheiros Substitutos**

### **5 - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**

### **6 - Corregedoria-Geral**

### **7 - Ouvidoria**

### **8 - Direção-Geral**

**8.1** - Gabinete

**8.2** - Consultoria Técnica

### **9 - Direção Administrativa**

**9.1** - Assessoria Administrativa

### **10 - Atividades de Controle Externo**

#### **Direção de Controle e Fiscalização**

**10.1** - Assessoria Técnica

**10.2** - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo

**10.3** - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações - SAPI

**10.4** - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

**10.5** - Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM

**10.6** - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

**10.7** - Supervisão de Serviços Processuais - SSP



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO 2º TRIMESTRE DE 2017

### 1 - Considerações Iniciais

Tenho a honra de apresentar a este egrégio Plenário o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao 2º trimestre do exercício de 2017, peça a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, e que foi elaborada em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Federal; no artigo 72 da Carta Magna Estadual; e no artigo 27, inciso XIII, da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000 - Lei Orgânica do TCE-RS, combinado com o artigo 17, inciso XXIII, do Regimento Interno, diploma aprovado pela Resolução nº 1.028/2015.

Seguindo as diretrizes traçadas pela Presidência da Casa, os resultados obtidos no 2º trimestre de 2017 estão retratados no presente Relatório de Atividades.

### 2 - Presidência

#### 2.1 - Audiências concedidas pelo Presidente

No decorrer do trimestre, o Senhor Conselheiro-Presidente concedeu 43 (quarenta e três) audiências a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, conforme segue:

Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado e Autoridades Estaduais	14
Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais	10
Presidentes e ex-Presidentes de Câmaras, Vereadores e Autoridades Municipais	06
Outros	13
TOTAL	43



## 2.2 - Reuniões Técnicas

A Presidência promoveu 03 (três) Encontros de Trabalho Administrativo com os Senhores Conselheiros, Auditores Substitutos de Conselheiros e com o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Foram realizadas, também, 04 (quatro) reuniões técnicas com a Coordenação-Geral, integrada pelos Senhores Diretores, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico da Presidência, visando ao debate de questões operacionais e administrativas do Tribunal de Contas.

## 2.3 - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, órgão de educação corporativa do Tribunal de Contas do Estado, no exercício das atribuições definidas pela Lei Estadual nº 11.935, de 24 de junho de 2003, desenvolveu as seguintes ações de educação no trimestre:

<b>Quantidade</b>	<b>Ações de Educação - Público Interno</b>	<b>Participações</b>
<b>93</b>	<b>Técnicos e Estagiários</b>	<b>941</b>
<b>Quantidade</b>		
<b>Ações de Educação - Público Externo</b>		
17	Jurisdicionados	3655
22	Sociedade	190
2	Ações de Cooperação	145
<b>41</b>	<b>Total</b>	<b>3990</b>
<b>134</b>	<b>Total Geral</b>	<b>4931</b>
<b>Cursos Livres à Distância oferecidos de forma permanente</b>		
<b>Cursos de livre acesso - Público</b>		
<b>Pessoa que acessaram os Cursos</b>		
33	Técnicos, Jurisdicionados e Sociedade	420



### 3 - Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

Compete à Secretaria das Sessões acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

ÓRGÃO	SESSÕES	TIPO DE SESSÃO	PROCESSOS
1ª Câmara	13	Ordinária	267
2ª Câmara	11	Ordinária	322
1ª Câmara Especial	6	Ordinária	98
2ª Câmara Especial	6	Ordinária	107
Câmaras Especiais Reunidas	-	-	-
Tribunal Pleno	13	Ordinária	322
	6	Administrativa	19
	0	Sessão Especial/Extraordinária	0
TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS			1135
Suspensões de julgamento e solicitações de vista			123
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS			1012
PARECERES EMITIDOS			
Parecer Favorável			209
Parecer Favorável (Reversão de Parecer Desfavorável)			12
Parecer Desfavorável (Reversão de Parecer Favorável)			0
Parecer Desfavorável			5
Parecer Favorável/Desfavorável (Ordenadores distintos)			8
JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS DE GESTÃO			
Julgamento pela Regularidade de Contas			94
Julgamento pela Regularidade de Contas, com ressalvas			241
Julgamento pela Irregularidade de Contas			24



### 3.1 - Processos Relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

Os quadros a seguir contêm dados estatísticos sobre os processos relatados pelos Senhores Conselheiros e Auditores Substitutos de Conselheiro, no decorrer do trimestre.

PROCESSOS RELATADOS NO TRIBUNAL PLENO															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
TRIBUNAL PLENO															
Administrativo	0	1	5	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	12
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Análise da Evolução Patrimonial de Agente Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria de Admissão	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	4
Auditoria de atos derivados de pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consulta	1	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	5
Embargos de Declaração	4	6	0	2	2	2	8	0	0	1	0	0	0	0	25
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	5
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matéria Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MPC – Representação	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Pedido de Orientação Técnica	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Pedido de Revisão	0	0	0	0	1	3	1	1	1	0	0	1	0	0	8
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1



Processo de Contas de Governo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas de Gestão	1	0	0	0	0	1	5	0	2	3	0	1	1	0	14
Proposta de Súmula	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recurso de Embargos	14	11	0	21	3	13	58	5	8	3	10	7	3	2	158
Recurso de Reconsideração	6	3	0	4	2	2	10	0	1	1	1	1	0	0	31
Solicitação de Vista	4	7	0	7	3	6	18	0	2	3	4	2	0	0	56
Suspensão de Julgamento	1	4	0	1	0	3	3	2	0	0	3	1	1	0	19
Tomada de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Uniformização de Jurisprudência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DO TRIBUNAL PLENO</b>	<b>31</b>	<b>34</b>	<b>5</b>	<b>40</b>	<b>13</b>	<b>32</b>	<b>112</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>341</b>

PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
<b>1ª CÂMARA</b>															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	12	4	0	17	0	0	0	0	2	0	0	3	0	0	38
Admissão	5	11	0	6	0	0	0	0	1	0	0	4	0	0	27
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	4
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	5
Inspeção Extraordinária	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Tomada de Contas Especial	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Atos Derivados de Pessoal	1	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5





Auditoria Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de Declaração	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Retificação de Certidão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Processo de Contas de Governo	35	23	0	33	0	0	0	2	12	0	1	4	0	0	110
Processo de Contas de Gestão	8	15	0	12	0	0	0	3	4	0	2	3	0	0	47
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Solicitação de Vista	5	1	0	5	0	0	0	1	3	0	2	0	0	0	17
Suspensão de Julgamento	1	3	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	7
<b>TOTAL DA 1ª CÂMARA</b>	<b>71</b>	<b>64</b>	<b>0</b>	<b>78</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>267</b>
<b>2ª CÂMARA</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	9	3	33	0	0	0	1	4	1	2	53
Admissão	0	0	0	0	2	4	23	0	0	0	7	0	2	0	38
Auditoria Ordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0	4
Embargos de Declaração	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Cautelar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atos Derivados de Pessoal	0	0	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	0	0	8
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	2	7	0	0	0	0	0	0	0	9
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Processo de Contas de Governo	0	0	0	0	33	13	41	0	5	8	1	4	2	3	110
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	13	5	33	0	0	0	1	1	4	2	59
Solicitação de Vista	0	0	0	0	4	5	4	0	0	0	1	0	0	1	15



Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Retificação de Certidão	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Representação do MPC	0	0	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	5
Transferência para a Reserva	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Denúncia	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	4
<b>TOTAL DA 2ª CÂMARA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>66</b>	<b>38</b>	<b>166</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>322</b>

PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS ESPECIAIS

TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
<b>1ª CÂMARA ESPECIAL</b>															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	37	27	0	1	0	0	25	90
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2
Solicitação de Vista	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1



Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DA 1ª CÂMARA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	40	28	0	1	0	0	29	98
<b>2ª CÂMARA ESPECIAL</b>	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	3
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	26	7	29	0	97
Auditoria de Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Solicitação de Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	6
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DA 2ª CÂMARA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38	29	10	30	0	107

**Conselheiros:**

1. Algir Lorenzon
2. Cezar Miola
3. Marco Antonio Lopes Peixoto
4. Iradir Pietroski
5. Alexandre Postal
6. Estilac Martins Rodrigues Xavier
7. Pedro Henrique Poli de Figueiredo

**Auditores Substitutos de Conselheiro:**

- A. Heloisa Tripoli Goulart Piccinini
- B. Cesar Viterbo Matos Santolim
- C. Alexandre Mariotti
- D. Renato Luís Bordin de Azeredo
- E. Daniela Zago Gonçalves de Cunda
- F. Ana Cristina Warpechowski
- G. Letícia Ayres Ramos



#### 4 - Conselheiros Substitutos

Participações nas Sessões	
Tribunal Pleno	63
1ª Câmara	25
2ª Câmara	24
Primeira Câmara Especial	19
Segunda Câmara Especial	21

Substituições a Conselheiros nos Gabinetes		
Conselheiro Substituto	Conselheiro	Período
Heloisa Tripoli Goulart Piccinini	Cezar Miola	08 a 09, 12 a 16, 21 a 22 e 28 a 29-06
Cesar Santolim	Cezar Miola	01 a 07 e 26-04 e 09 a 12-05
	Estilac Xavier	25 a 25-05
Alexandre Mariotti	Estilac Xavier	01 a 16-04 e 22 a 23-06
	Iradir Pietroski	04 a 08-05
	Alexandre Postal	11-05
	Cezar Miola	24 a 26-05 e 02-06
Renato Luís Bordin de Azeredo	Algir Lorenzon	17 a 20-04
	Cezar Miola	08-05
	Pedro Figueiredo	31-05 a 08-06
Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Estilac Xavier	08 a 11-05
	Algir Lorenzon	16 a 31-05 e 19 a 20-06
	Alexandre Postal	22-06
Ana Cristina Moraes Warpechowski	Estilac Xavier	24-04 a 07-05 e 29-06
Letícia Ayres Ramos	Alexandre Postal	06-04 e 07 a 09-06
	Estilac Xavier	17 a 23-04
	Iradir Pietroski	22-06



## 5 - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, desenvolveu as seguintes atividades no trimestre:

<b>PROCURADOR E ADJUNTOS DE PROCURADOR</b>	
<b>Participação nas Sessões do Tribunal Pleno e Câmaras</b>	
<b>Tribunal Pleno</b>	
Ordinárias	13
Extraordinárias/Especiais	-
<b>Câmaras Especiais Reunidas – 1ª Câmara – 2ª Câmara</b>	
	36
<b>Participação nas Sessões Administrativas</b>	06

<b>Atividade processual</b>	
Pareceres emitidos	2.769
Promoções exaradas	47
Representações encaminhadas à Presidência	08
Encaminhamento de matéria ao Ministério Público	02
Recursos interpostos pelo MPC	0
Informações Técnicas	19



## 6 - Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral, responsável pela correção permanente dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 20 do RITCE, no decorrer do período, em cumprimento ao Plano Anual de Correições Ordinárias - 2016, realizou correições no Serviço de Perícias Médicas-SPM, nos Serviços Regionais de Auditoria de Caxias do Sul-SRCS, Erechim-SREC, Passo Fundo-SRPF, Pelotas-SRPL, Santana do Livramento-SRSL e Santa Maria-SRSM, e na Supervisão de Auditoria Municipal-SAM. Emitiu relatórios gerenciais bimestrais (abril e junho) encaminhados aos Gabinetes de Conselheiros e Conselheiros Substitutos, discriminando, respectivamente, as suas cargas de processos. Três servidores da Corregedoria participaram do 1º Congresso Regional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, realizado nos dias 27 e 28 de abril, no Auditório Romildo Bolzan do TCE-RS, e promovido pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado do RS que teve como tema "Combate efetivo da corrupção no Brasil: é possível?".

O quadro abaixo demonstra a situação dos processos no trimestre de 1º de abril a 30 de junho de 2017:

ESTOQUE DE PROCESSOS	1º-04	30-06
Gabinete da Presidência	196	198
Gabinete do Conselheiro Alexandre Postal	131	149
Gabinete do Conselheiro Algir Lorenzon	156	155
Gabinete do Conselheiro Cezar Miola	144	165
Gabinete do Conselheiro Estilac Xavier	232	174
Gabinete do Conselheiro Iradir Pietroski	394	197
Gabinete do Conselheiro Pedro Figueiredo	400	195
Gabinete do Conselheiro Substituto Alexandre Mariotti	22	36
Gabinete da Conselheira Substituta Ana Warpechowski	23	40
Gabinete do Conselheiro Substituto Cesar Santolim	22	44
Gabinete da Conselheira Substituta Daniela Zago	26	28
Gabinete da Conselheira Substituta Heloisa Piccinini	33	38



ESTOQUE DE PROCESSOS	1º-04	30-06
Gabinete da Conselheira Substituta Letícia Ramos	32	24
Gabinete do Conselheiro Substituto Renato Azeredo	35	37
Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI	18.913	18.875
Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais – SAICE	279	222
Supervisão de Auditoria Municipal – SAM	2.491	2.106
Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM	1.638	1.436
Supervisão de Serviços Processuais - SSP	10.031	11.964
Secretaria das Sessões - SS	290	245
<b>TOTAL</b>	<b>35.488</b>	<b>36.328</b>

Fonte: CIP0085

## 7 - Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu 3.247 demandas no 2º trimestre de 2017. Desse total, 85% já foram arquivadas, totalizando 2.752 demandas, conforme distribuição no quadro abaixo:

Arquivada - Ouvidoria	896
Arquivada - Faltam Informações Complementares	530
Arquivada - Não confirmada pela UCCI	315
Arquivada - Matéria Já Cadastrada	242
Arquivada - Não é competência do TCE	234
Arquivada - Confirmada pela UCCI	185
Arquivada - DOC Não Aproveitado	149
Arquivada - Respondida pela UCCI	79
Arquivada - Consulta	79
Arquivada - Não Apontada em Relatório de Auditoria	35
Arquivada - Apontada em Relatório de Auditoria	8
<b>Total</b>	<b>2.752</b>

O Portal TCE-RS foi o meio mais utilizado para encaminhamento das denúncias, com 98,6% do total. As Denúncias que se referem à área de pessoal, 41%, licitações, 15%, foram os temas que concentraram a maior frequência nesse segundo trimestre. Na avaliação de 44% dos demandantes da Ouvidoria, o encaminhamento das demandas situou-se entre os conceitos ótimo e bom. Com relação à resposta dada aos demandantes pela Casa, ficou em 17% entre os mesmos conceitos.



## 8 - Direção-Geral

### 8.1 - Gabinete

Na Direção-Geral tramitam os processos relativos aos termos de cooperação e ajustes análogos celebrados pelo Tribunal de Contas do Estado com instituições públicas e privadas, os quais alcançaram o número de 05 (cinco) expedientes no trimestre.

No TCE-RS compete ao Diretor Geral, em primeira instância, analisar e deferir pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011). Nesse sentido, vale registrar que as normativas que regulamentam a matéria no âmbito interno são as Resoluções nºs 1.016, de 15-09-2014, 1.046, de 05-08-2015 e a Instrução Normativa nº 05, de 24-05-2013.

Durante o trimestre foram desenvolvidas as seguintes atividades relativas ao atendimento de pedidos formulados com base na Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011:

<b>TOTAL DE PEDIDOS RECEBIDOS COM BASE NA LAI</b>	
Número de pedidos recebidos	69
Pedidos em que o acesso foi deferido	60
Pedidos em que o acesso foi parcialmente deferido	02
Pedidos em que o acesso foi indeferido	04
Pedidos em que houve desistência do solicitante	01
Em análise*	02

\*Dentro do prazo previsto no art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011.

<b>TIPOS DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS</b>	
Consultas*	03
Dados de Jurisdicionados	05
Dados disponíveis em outros órgãos	01
Dados internos	07
Dados sobre denúncias	00
Processos de Fiscalização	41
Concursos do TCE/RS	02
Concursos de Jurisdicionados	00
Outros	10

\* No caso de pedidos de acesso que consistam em "Consulta", o solicitante é orientado a se dirigir à Consultoria Técnica.





<b>TIPOS DE SOLICITANTES</b>	
Agente Político	04
Estudante	04
Jornalista	16
Membro do Controle Interno	01
Não informado	09
Outros	18
Representante de Instituição	02
Servidor Público	15

## 8.2 - Consultoria Técnica

### Informações e Pareceres por escrito

Saldo em 01-04-2017	13
Expedientes recebidos	30
Expedientes expedidos	32
Saldo em 30-06-2017	11

Observação: Os Expedientes nºs 4112-02.00/11-0, 5079-02.00/12-7 e 1647-02.00/14-2 estão em caráter permanente na Consultoria Técnica.

### Consultas Diversas

Consultas realizadas por telefone por entes jurisdicionados	505
Consultas realizadas por telefone por entes não jurisdicionados	45
Consultas realizadas pessoalmente por entes jurisdicionados	682
Consultas realizadas pessoalmente por entes não jurisdicionados	18
Consultas realizadas por setores do TCE	56
Consultas efetuadas por escrito com resposta expedida (Triagens)	17
Processo (Informação)	05
Pareceres CT (Individuais e Coletivos)	06
Pareceres Jurídicos (em Licitação)	22
Demandas oriundas do sítio institucional do TCE na Internet - Fale Conosco	186
Consultas por e-mail	02
Notas Técnicas	03
Demandas da Ouvidoria	-
Atendimento a Regionais	21
TOTAL	1568



### **Demais Atividades Desenvolvidas pela Consultoria Técnica:**

1. Assessoramentos previstos no PG-TCE-0003, bem como na Resolução nº 1.028/2015 – Regimento Interno do TCE/RS;
2. Atualização e consolidação dos Indicadores Econômicos;
3. Acompanhamento da legislação federal e da estadual atinente aos assuntos de interesse do Tribunal de Contas, em especial quanto às matérias tratadas na Consultoria;
4. Análise e seleção das informações da Consultoria Técnica aprovadas pelo Tribunal Pleno, com o propósito de manter atualizada a base informativa disponibilizada no sítio institucional do TCE-RS na Internet, no espaço da Consultoria Técnica;
5. Alimentação e atualização das informações geradas, tratadas e mantidas na homepage, acessada por meio do endereço eletrônico [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br), nos termos da Instrução Normativa nº 11/2004;
6. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim da Consultoria, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais;
7. Realização de estudos técnicos e participação em eventos promovidos pelo TCE-RS e por outras instituições.

## **9 - Direção Administrativa**

---

A Direção Administrativa é responsável pela articulação de todas as atividades pertinentes à área administrativa e sua atuação se dá em estreita colaboração com a Direção-Geral e com a Direção de Controle e Fiscalização.



### 9.1 - Assessoria Administrativa

Em consonância com o Padrão Gerencial PG-DA 005, foram desenvolvidas as seguintes atividades no trimestre:

Informações Técnicas	15
Projetos de Instrução Normativa	02
Projetos de Instrução Normativa oriundos da DA	01
Projetos de Resolução	01
Projetos de Resolução oriundos da DA	03
Projetos de Lei	-
Projetos de Lei oriundos da DA	-
Ofícios DA-GAB	07
Despachos DA-GAB	123
Demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/11	-
Demandas oriundas de Reclamatórias Trabalhistas	02
Participação em comissões/grupos de trabalho	
Participação em reuniões/palestras/cursos	03
Circulares da Coordenação-Geral	-
Informações da Coordenação-Geral	-

## 10 - Atividades de Controle Externo

### Direção de Controle e Fiscalização

Compete à Direção de Controle e Fiscalização articular as múltiplas atividades desenvolvidas pela Área Técnica, compreendendo a Assessoria Técnica (AT), o Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), a Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações (SAPI), a Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais (SAICE), a Supervisão de Instrução de Contas Municipais (SICM), a Supervisão de Auditoria Municipal (SAM) e a Supervisão de Serviços Processuais (SSP). A seguir, a síntese das principais atividades desenvolvidas no trimestre.

#### 10.1 - Assessoria Técnica (AT)

A Assessoria Técnica exerce, entre outras, as seguintes atividades: assessorar o Diretor de Controle e Fiscalização na sua esfera de competência; elaborar estudos e informações envolvendo matérias afetas ao controle externo e de interesse do Tribunal de Contas; participar de auditorias e de inspeções por solicitação do Diretor de Controle e Fiscalização; promover a integração dos órgãos e unidades da DCF e, no



que couber, com outros órgãos; participar de grupos de trabalho e comissões constituídos no âmbito da DCF e, por deliberação superior, com as demais unidades do Tribunal; propor Projetos de Resolução e de Instrução Normativa para matérias afetas ao controle externo e à respectiva área de atuação e atuar na consolidação e implantação de metodologia de tratamento das demandas cadastradas pela Ouvidoria em conjunto com as Unidades Centrais do Controle Interno dos jurisdicionados por meio do Portal "Espaço do Controle Interno".

No decorrer do trimestre, a AT obteve os seguintes resultados:

Elaboração de Estudos	01
Elaboração de Informações Técnicas	08
Participação em Auditorias e Inspeções	01
Participação em Comissões/Grupos de Trabalho	06
Proposição de Projetos de Resolução e de Instrução Normativa relativos a matérias afetas ao controle externo	01
Atividades de Representação	09
Atividades de Capacitação Técnica	05
Atendimento de Demandas Externas	22
Reuniões com Jurisdicionados	14

## **10.2 - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX)**

O Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), órgão integrante da Direção de Controle e Fiscalização, conforme Resolução nº 1.021/2014, tem por objetivo impulsionar a utilização da tecnologia da informação como elemento auxiliar aos Serviços de Auditoria, de forma a tornar dinâmicas e tempestivas as fiscalizações e os monitoramentos das ações governamentais de seus órgãos e entidades jurisdicionados.

O CGEX, além das diversas iniciativas voltadas à assinatura de termos de cooperação com órgãos e entidades de Estado, vem auxiliando os Serviços de Auditoria no que se refere à utilização de ferramentas de informática que apoiam as auditorias das esferas estadual e municipal. Também realizou verificações, a partir de demandas da Ouvidoria, fornecendo informes para a área técnica, além de desenvolver e dar manutenção ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).



Destaca-se, a seguir, os resultados alcançados com os atendimentos técnicos realizados:

<b>ATENDIMENTOS TÉCNICOS</b>	
Atendimentos do SIAPC	64
Atendimentos a Serviços de Auditoria (subsídios à auditoria)	1
Atendimentos a outros setores da casa (Presidência, Gabinetes de Conselheiros, Direção-Geral, Direção de Controle e Fiscalização e Assessoria Técnica)	17
Atendimentos em apoio à utilização de ferramentas de tecnologia da informação (incluindo BI-Auditoria)	26
Atendimentos e consultas de órgãos parceiros	1
Atendimentos externos relacionados à Instrução Normativa TCE nº 01/2015 – Declaração de Bens e Rendas	1
Atuação em Processo de Análise de Evolução Patrimonial	-
Elaboração de informações (subsídios à auditoria)	1
Atendimentos a questionários do TCE-RS disponibilizados no sítio institucional do TCE na <b>Internet</b>	-
Atividades de representação (Rede de Controle, Rede InfoContas e ENCCLA)	7
Participação em Auditorias e Inspeções	-
Palestras em eventos e treinamentos internos (horas-auditor)	120
Palestras em eventos e treinamentos externos (horas-auditor)	8
Participação em Grupos de Trabalho (grupo x auditor)	8
Outros atendimentos externos	-

### 10.3 - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI

A Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações é composta pelo Serviço de Inativações e Pensões da Área Municipal (SIPAM), Serviço de Inativações e Pensões da Área Estadual (SIPAE) e pelo Serviço de Admissões Estaduais e Municipais (SAEM).

A SAPI, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:

<b>ASSUNTO</b>	<b>PROCESSOS</b>
<b>Inativações e Pensões</b>	
Inativação	3487
Transferência para Reserva	544
Reforma	53
Complementação de Proventos	207
Revisão de Proventos	57
Pensão	56



Revisão de Pensão	--
Complementação de Pensão	--
Outros (ação judicial/procs. outros órgãos/Unif.	--
<b>TOTAL</b>	<b>4404</b>
<b>Auditoria de Admissão e Auditoria de Atos Derivados de Pessoal</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>
Recurso de Embargos	12
Recurso de Reconsideração	--
Embargos Declaratórios	--
Agravo Regimental	--
Pedido de Revisão	03
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>
<b>TOTAL DE PROCESSOS ANALISADOS</b>	<b>4500</b>

Fonte: CIP0099

#### 10.4 - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

A Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais é composta pelos seguintes serviços: Serviços de Auditoria Estadual I, II e III, Serviço de Instrução do Parecer Prévio e Acompanhamento da Gestão Fiscal - SAIPAG e Serviço de Instrução Estadual - SIES.

A SAICE, no exercício das atividades relacionadas com a atividade-fim do Tribunal de Contas do Estado, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:

<b>ASSUNTO</b>	
Processo de Contas (Análise, Consolidação e Outros) - SIES	52
Inspeção Especial/ Inspeção Extraordinária (Análise, Consolidação e Outros) - SIES	10
Tomada de Contas Especial - SIES	04
Recurso de Reconsideração e Pedido de Revisão - SIES	10
Recurso de Reconsideração, Contas de Governo - SAIPAG	02
Auditorias Operacionais, Informações - SAIPAG	02
Auditorias de Projetos Cofinanciados por Organismos Internacionais - SAIPAG	02



Instruções Técnicas de Contas de Gestão Fiscal - SAIPAG	06
Instruções Técnicas de Contas de Governo - SAIPAG	01
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - I	35
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - II	20
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - III	38
<b>TOTAL</b>	<b>182</b>

### 10.5 - Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM é constituída pelos Serviços de Instrução Municipal I e II e pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão-SAG, tendo desenvolvido as seguintes atividades no trimestre:

<b>Tipo de Processo – Atividade</b>	<b>Quantidades</b>
Relatório Geral de Contas de Governo e Contas de Gestão	395
Análise de Esclarecimentos de Contas de Governo e Contas de Gestão	247
Instrução Técnica de Inspeções Especiais, de Inspeções Extraordinárias, de Denúncias, de Tomada de Contas Especiais, de Infrações Administrativas e de Representações do Ministério Público junto ao TCE-RS.	47
Instrução Técnica de Recursos	58
Instrução Técnica de Gestão Fiscal, de Certidões e Retificações de Certidões.	736
<b>TOTAL DE RELATÓRIOS, ANÁLISES DE ESCLARECIMENTOS E INSTRUÇÕES TÉCNICAS NO TRIMESTRE.</b>	<b>1483</b>

### 10.6 - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

A Supervisão de Auditoria Municipal é composta pelo Serviço de Auditoria de Porto Alegre, pelos Serviços de Auditoria da Região de Porto Alegre I e II, por nove Serviços Regionais de Auditoria e pelo Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico.

Os resultados dos Serviços de Auditoria, relacionados aos Processos de Contas de Gestão, Processos de Auditoria de Admissão, Processos de Auditoria de Atos



Administrativos Derivados de Pessoal e Processos de Inspeção Especial e Extraordinária, alcançaram os seguintes resultados no trimestre:

<b>SERVIÇOS DE AUDITORIA</b>	<b>AUDITORIAS, INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS</b>
<b>SPA</b> - Serviço de Auditoria de Porto Alegre	25
<b>SRPA I</b> - Serviço de Auditoria da Região de Porto	22
<b>SRPA II</b> - Serviço de Auditoria da Região de Porto	19
<b>SRCS</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Caxias do Sul	48
<b>SREC</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Erechim	81
<b>SRFW</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Frederico Westphalen	5
<b>SRPF</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Passo Fundo	8
<b>SRPL</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Pelotas	69
<b>SRSA</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santo Ângelo	27
<b>SRSC</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Cruz do Sul	95
<b>SRSL</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santana do Livramento	45
<b>SRSM</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Maria	39
<b>TOTAL</b>	<b>483</b>

Os atendimentos prestados pelos Serviços Regionais de Auditoria aos jurisdicionados atingiram os seguintes resultados, no trimestre:

<b>Serviços Regionais</b>	<b>ATENDIMENTOS TÉCNICOS</b>		
	<b>Telefônicos</b>	<b>Pessoais</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SRCS</b>	13	6	19
<b>SREC</b>	62	39	101
<b>SRFW</b>	8	17	25
<b>SRPF</b>	43	13	56
<b>SRPL</b>	125	40	165
<b>SRSA</b>	13	19	32





<b>SRSC</b>	4	2	6
<b>SRSL</b>	22	7	29
<b>SRSM</b>	19	20	39
<b>TOTAL</b>	309	163	472

## 10.7 - Supervisão de Serviços Processuais - SSP

A Supervisão de Serviços Processuais tem por objetivo principal a racionalização dos fluxos administrativos, para conferir maior celeridade e eficiência ao trâmite processual, relevante aspecto de apoio operacional prestado aos Magistrados na consecução de suas atividades jurisdicionais. A organização da Supervisão obedece ao critério da etapa da tramitação processual, considerando seu início, meio e fim, sendo composta pelos seguintes serviços: Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC, Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC e o Serviço de Cálculo, Saneamento e Acompanhamento de Decisões - SEADE.

O Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC apresentou, no trimestre, os resultados a seguir.

Atendimentos aos jurisdicionados e demais interessados, prestados pelo Setor de Atendimento Processual - SATE:

<b>Atendimentos</b>			
<b>Telefônicos</b>	<b>Portal (SAS)</b>	<b>Presencial</b>	<b>Total</b>
3.721	924	141	4.786

Movimentações de processos/documentos no âmbito dos setores de Protocolização e Expedição - SPE e Autuação de Processos - SEAUT:

<b>MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>REMESSAS / PROCESSOS</b>
Conferência de remessas e-Protocolo (processo eletrônico)	811
Expedição de processos registrados	2.681
Expedição de processos em diligência à Origem	383
Autuação de processos	10.549
Retorno de processos em diligência	638



O Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC apresentou, no trimestre, a seguinte movimentação de processos:

<b>ASSUNTO</b>	<b>PROCESSOS</b>
Agravo	20
Análise de evolução patrimonial de agente público	01
Auditoria de Admissão	930
Auditoria Operacional	04
Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	103
Complementação de Pensão	06
Complementação de Proventos	517
Consulta	03
Contas de Gestão	1.394
Contas de Governo	636
Denúncia	28
Documentos para Tomada de Contas	12
Embargos de Declaração	36
Inativação	9.326
Infração Administrativa	14
Inspeção Especial	122
Inspeção Extraordinária	29
Pedido de Revisão	26
Pensão	357
Prestação de Contas	01
Processo de Contas - Executivo	48
Processo de Contas - Outros	72
Processo de Outros Órgãos	14
Recurso de Embargos	334
Recurso de Reconsideração	76
Reforma	89
Representação	01
Representação do MPC	34
Retificação de Certidão	01
Revisão de Pensão	06
Revisão de Proventos	431
Sindicância Patrimonial	10



Tomada de Contas	05
Tomada de Contas Especial	33
Transferência para a Reserva	920
<b>TOTAL DE PROCESSOS TRAMITADOS</b>	<b>15.639</b>

O Setor de Cálculo e de Certidões - SECALC, vinculado ao SEADE, é responsável, entre outras atividades, pelo controle das Certidões de Decisão - Títulos Executivos extraídos em decorrência das decisões proferidas pelos órgãos julgadores do Tribunal, tendo apresentado, no trimestre, os seguintes resultados:

Extração de Certidões de Decisão - Títulos Executivos	174
Averbações	5763
Atualização de valores de multa e/ou débito antes da emissão da Certidão de Decisão - Título Executivo (nº de processos)	153